

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E O SERVIÇO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CRÍTICA E AS DIRETRIZES CURRICULARES

Liana Franca Dourado Barradas¹

Mirella de Lucena Mota²

RESUMO:

o objetivo deste texto é compartilhar reflexões a partir da experiência de ensino em uma disciplina sobre relações de gênero do curso de graduação em Serviço Social em uma Universidade Pública interiorizada no nordeste brasileiro. A partir de uma revisão bibliográfica, pretende-se debater a relevância dos estudos de gênero presentes nas diretrizes curriculares atuais dos cursos de Serviço Social no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Formação Crítica. Serviço Social.

ABSTRACT:

The objective of this text is to share reflections based on the experience of teaching a subject on gender relations in the undergraduate course in Social Work program taught at a public university located in the interior of northeastern Brazil. Based on a bibliographical review, we intend to debate the relevance of gender studies present in the current curricular guidelines of Social Work courses in Brazil.

KEYWORDS: Gender. Critical Formation. Social Work.

I. INTRODUÇÃO

Partindo do debate atual, diante dos dilemas vivenciados no âmbito do desenvolvimento societário capitalista, pode-se afirmar que o Serviço Social com o seu projeto hegemônico vigente

¹ Universidade de Pernambuco

² Universidade de Pernambuco

no Brasil denominado por *projeto ético-político* encontra desafios estruturais e complexos. A atuação profissional integra-se de forma articulada ao conjunto de uma formação acadêmica consolidada na teoria social crítica que constitui uma mediação fundamental para superar a dicotomia entre teoria e prática.

O presente artigo pretende analisar, de forma introdutória, o debate sobre os fundamentos e pressupostos teóricos dos valores e princípios do projeto profissional do Serviço Social e sua interlocução com a concepção e debate sobre a categoria *gênero*. A partir de uma revisão bibliográfica e do relato de experiência da dimensão ensino, pretende-se debater a relevância da discussão sobre as relações de exploração e opressão de gênero e a sua articulação com os fundamentos que se encontram no código de ética e nas diretrizes curriculares atuais dos cursos de Serviço Social no Brasil. O evoluir do Serviço Social nos marcos do movimento de Renovação compreendido entre a perspectiva modernizadora e seu o contributo a partir da aproximação à fenomenologia, e por outra vertente a aproximação à tradição marxista, consistiram em etapas correlacionadas que subsidiaram o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro a partir de uma ruptura com os basilares tradicionais. O Serviço Social brasileiro desde o movimento de intenção de ruptura, vem consolidando um acervo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que nos permite avançar na consolidação de formação profissional crítica e voltada para o fortalecimento de valores e princípios pela emancipação humana. Esta investigação, portanto, necessita ser aprofundada até os dias atuais, posto que no Serviço Social ainda persiste, na sua trajetória de consolidação da interlocução com a tradição marxista, mantendo, não de forma homogênea, mas hegemônica, os fundamentos e valores que subsidiaram a emergência do atual projeto ético-político vinculado aos princípios e valores defensores dos direitos humanos e da emancipação humana.

Espera-se, por fim, através do relato de experiência sobre um componente curricular sobre gênero, ofertado no curso de graduação em Serviço Social de uma Universidade Pública do interior do nordeste brasileiro, contribuir com o campo de estudos sobre gênero na área de Serviço Social, tendo em vista a necessidade e relevância de estudos comprometidos com o Projeto Ético Político Profissional e com a luta feminista no contexto brasileiro e da América Latina. Com o intuito de ampliar o debate na direção da construção de uma sociedade que priorize a ética, a justiça social e a garantia das liberdades dos sujeitos políticos, bem como a eliminação das desigualdades sociais e de gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

II. AS DIRETRIZES CURRICULARES E O EIXO FORMATIVO CRÍTICO: O MARXISMO E OS FUNDAMENTOS DA CRÍTICA À SOCIEDADE CAPITALISTA

O aprofundamento teórico-metodológico da categoria *gênero* e a sua relação com o Serviço Social no Brasil foi desencadeado a partir da aproximação da profissão com o ideário teórico marxista nos âmbitos conceitual-teórico, metodológico e histórico. A compreensão atual do projeto da profissão do Serviço Social pressupõe o entendimento das relações sociais e do desenvolvimento capitalista. A direção social de uma determinada profissão se insere na dinâmica do processo sócio-histórico e está condicionada à dinâmica de conflitos e tensões circunscritas na totalidade social. Assim, a necessária análise da relação entre projeto profissional e projeto societário demanda um resgate histórico do processo de desenvolvimento do arcabouço teórico e ético-político profissional imerso nas bases materiais da sociabilidade capitalista.

José Paulo Netto (1999) ressalta que o processo de consolidação do projeto profissional brasileiro que pretendeu romper com o conservadorismo demarcou um período entre as décadas de 1970-1980 e representou um importante processo de consolidação da área de pesquisa e investigação. Diz Netto (1989, p. 90): “o que é piso comum a Marx e ao Serviço Social são os quadros macroscópicos, inclusivos e abrangentes da sociedade burguesa. Tanto a obra marxiana quanto o Serviço Social são impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa.” O que é intrínseco para ambos é a “questão social”, pois para o Serviço Social cabe a função de administrar as tensões emergentes à configuração do conjunto de problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos nos marcos de uma sociabilidade constituída por classes sociais.

Outro aspecto que não se refere mais ao denominador comum entre o Serviço Social e ao Marxismo são os contextos e determinações que suscitaram seus surgimentos, bem como as vertentes que os circunscrevem. A institucionalização do Serviço Social fundamenta-se sob um viés contrário ao marxismo. Ou seja, apesar de possuírem um “substrato comum” no que tange ao contexto “macroscópico” da realidade social, há que serem pontuados alguns contrapontos essenciais para a compreensão da relação entre a profissão e a teoria social de Marx. Segundo Netto (1989, p. 93),

[...] o contraponto com as concepções teórico-metodológicas marxianas é flagrante quando visualizamos o serviço social. Este não é uma teoria; elementar e basicamente, é uma profissão, porém, uma profissão que se institucionaliza e se afirma nutrindo-se de um conjunto de saberes ancorados numa vertente teórica (a do pensamento conservador) antagônica à marxiana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desse modo, para Netto (1989), o amadurecimento intelectual da profissão foi fomentado nos marcos de sua aproximação com as ciências sociais de base positivista; estrutural-funcionalista, cujo racionalismo formal retratava o “todo” da realidade social como partes integradas e funcionais, tal como as ciências naturais. É no âmbito da década de 1960 que surge, mesmo que de maneira restrita ao meio acadêmico, pontualmente na Universidade Católica de Minas Gerais, indícios de aproximação do Serviço Social à tradição marxista culminando numa expressão da renovação do Serviço Social brasileiro. Destaca-se a configuração de uma nova tendência do Serviço Social que questiona sua função e dinamiza o processo de aproximação com o viés marxista.

Entretanto, há a interrupção desse processo com o golpe civil-empresarial-militar de 1964, em que se instaura no país um período de repressão e de coerção a qualquer tipo de conduta progressista ou emancipatória. No que se refere à aproximação do Serviço Social à tradição marxista, Netto (1989) a identifica com uma “aproximação enviesada do marxismo”. Isso devido à particularidade dessas características enquadradas no “militantismo” do/a assistente social, o engajamento partidário, uma fraca tradição e vertente intelectual-analítica na profissão, além disso, a aproximação à tradição marxista não se deu através das fontes, mas precisamente à manuais e receituários duvidosos. A esta última característica, Netto (1989, p. 97) explica que “a riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes dos mais desiguais.” Contudo, foi apenas a partir da aproximação com o marxismo que o Serviço Social pôde compreender a sua gênese, a sua natureza e sua funcionalidade na sociedade capitalista.

É importante salientar que tais mudanças e reformulações nas bases do Serviço Social foram possibilitadas devido às próprias condições sócio-históricas, vivenciadas a partir de sua inserção no mercado de trabalho, ao qual a categoria profissional entra em contato com a classe trabalhadora ao atuar no *cotidiano*, a partir das intervenções profissionais nas condições de vida e trabalho. Ademais, as próprias determinações histórico-sociais da dinâmica cultural da sociedade burguesa fazem com que a realidade social seja apreendida para além do veio apenas e singularmente de uma profissão. Por isso, há a necessidade da contextualização em uma dimensão “macroscópica” do processo histórico-social em curso.

Marilda Iamamoto (2014) pontua a importante influência da conjuntura nacional nas profundas mudanças que se consolidam na profissão a partir da reorganização dos movimentos sociais e operários, ainda no final da década de 1970 até o processo que culmina na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

redemocratização em 1985 e na Constituição de 1988. No âmbito da formação profissional propriamente dita, de acordo com lamamoto (2014, p. 613), há uma articulação nacional de toda a categoria profissional e principalmente explicitada a partir da atuação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) que torna hegemônico um projeto formativo crítico no Brasil.

As atuais diretrizes curriculares — propostas inicialmente pela Abess em 1996 e revistas em 1999 —, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante. Este foi proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano. O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão. (lamamoto, 2014, p. 614).

O projeto profissional se insere na dinâmica societária sofrendo seus impactos e influenciando de maneira ideológica e interventiva na realidade. Nesse sentido, a perspectiva de “Intenção de Ruptura” deu hegemonicamente nas últimas décadas um direcionamento social para o Serviço Social brasileiro, no qual valores como liberdade, democracia e o comprometimento com a emancipação da classe trabalhadora encontram-se presentes nas orientações regulamentares, expressadas através dos Códigos de Ética de 1986 e sua revisão com o Código de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

Nas últimas três décadas, no Brasil, o Serviço Social vem vivenciando um processo de construção de seu Projeto Ético-Político, o qual se encontra imbricado no contexto de disputa ideológica, política e teórico-metodológica entre as vertentes conservadora, ou “neoconservadora”, e a formação profissional crítica. No âmbito dos projetos societários antagônicos e contraditórios intrínsecos à sociedade capitalista emergem inúmeras reflexões sobre “os desafios e possibilidades” da concretização dos valores e princípios do atual projeto profissional.

Paiva e Sales (1996, p. 178-179) destacam que o código atual vigente, desde 1993, contém onze princípios que reafirmam os valores do Código de Ética de 1986, mas que insere também a preocupação com a defesa da qualidade dos serviços, a preocupação com os direitos humanos e principalmente pressupõe a aliança entre a vontade política com a intencionalidade ética coletiva da profissão. A legitimação do Código de Ética, segundo as autoras, expressa os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valores e princípios defendidos atualmente que são opostos aos valores e princípios reiterados hegemonicamente na sociedade capitalista. O conflito entre o projeto societário burguês e o projeto societário da classe subalterna é o panorama macrossocial que submerge os Códigos de Ética da profissão e sua trajetória histórica de construção.

O reconhecimento da *liberdade* como valor ético central, aponta para uma nova direção social, reconhecimento da liberdade como valor ético e as demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais concretizam a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária para além do capitalismo. Valores e princípios como a *liberdade, equidade, cidadania, democracia, pluralismo*, a defesa pela *qualidade dos serviços prestados* aos usuários, bem como a *luta contra o preconceito e a discriminação*, no sentido da *garantia de direitos humanos*, representa uma direção social da profissão que revela o compromisso com o projeto societário antagônico ao capital. O Serviço Social brasileiro tem em seu horizonte profissional a defesa de valores como *liberdade* e comprometimento com a construção de uma nova forma de sociabilidade, ou seja, vincula o seu projeto profissional com a emancipação humana.

A formação profissional crítica no Serviço Social brasileiro nos últimos anos e no contexto sócio-histórico do século XXI, com todas as contradições societárias expressadas a partir das lutas de classes, representa uma forma de constituição e construção permanente. Os desafios postos inerentes às contradições entre capital e trabalho influenciam constantemente a formação universitária de um perfil profissional que, para além de atender as necessidades do mercado de trabalho, insere-se na sociedade brasileira demarcando um posicionamento ético-político e teórico-metodológico em colisão com os valores da sociabilidade burguesa.

Portanto, diz Netto (1989, p. 99), “sob a superfície da calma e da estabilidade, a erosão revolucionária opera e repõe, a cada emergência, a contemporaneidade da tradição marxista.” O substrato da teoria social marxiana e marxista que subsidia a formação em Serviço Social pauta-se na interpretação crítica da realidade social e, nesse sentido, as contradições que desencadeiam desigualdades sociais de classes fundadas pelas relações de exploração e opressão precisam estar presentes nos currículos formativos dos cursos.

III. O SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO E O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE GÊNERO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

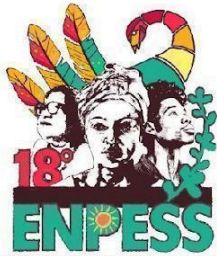
O Serviço Social, sendo uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais e, portanto, tem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social (Iamamoto; Carvalho, 2008). Tais expressões se estabelecem na sociedade capitalista madura a partir das contradições inerentes à dinâmica de tal modo de produção, uma vez que são perpassadas por lutas e forças sociais em conflito, próprias das lutas de classes entre capital e trabalho.

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista (Netto, 2001; Iamamoto, 2007) e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (Iamamoto, 2014, p. 618).

As relações sociais de gênero são produzidas por contextos de exploração e opressão na sociedade capitalista, em que fenômenos como o da violência contra a mulher pode ser entendido, assim, como uma expressão da questão social que requer intervenção direta dos/as assistentes sociais. O Serviço Social pode contribuir, por exemplo, com a discussão sobre as violências de gênero, problematizando as intervenções requisitadas à profissão no campo de operacionalização das políticas, e também refletindo criticamente, através da produção acadêmica que vem sendo produzida sobre o tema como também na participação e militância da categoria junto à luta feminista e da comunidade LGBT, pela garantia de direitos sociais das mulheres cis e trans, contra a violação dos direitos humanos e em consonância com o que direciona o seu projeto ético-político profissional.

Tal como reflete Boschetti (2015, p. 650), o projeto ético político necessita ser defendido coletivamente diante do avanço do conservadorismo. Portanto, tanto no âmbito da formação, como no do trabalho profissional, os/as assistentes sociais precisam unir forças “pela indignação com a barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade”.

Historicamente, o Serviço Social brasileiro trilhou um caminho de construção de suas bases ético-políticas estando alinhado às condições que propiciaram a renovação da profissão na década de 1960, na direção de perpetuar a ruptura com o conservadorismo profissional que se fundamentava no tradicionalismo até então presente (Barroco, Terra, 2012). Já na década de 1960, a mobilização coletiva do movimento feminista e a inserção das mulheres na educação superior e no mercado de trabalho propiciaram o protagonismo e a politização de jovens e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres, que passaram a questionar valores tradicionais presentes nas relações familiares e sociais, o que repercutiu no cenário político com desdobramentos éticos, ideoculturais e político-econômicos.

Conforme Barroco e Terra (2012), o serviço social não ficou alheio a esse cenário conjuntural, tendo buscado desvelar seu papel político e questionar também suas práticas e referenciais teórico-metodológicos a partir do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, criticando os referenciais a-históricos e acríticos baseados no pressuposto da “neutralidade” política e aproximando-se mais fortemente do comprometimento com a intervenção voltada para as reivindicações das classes subalternas.

O diálogo com o Serviço Social latino-americano, segundo Netto (2016), foi interrompido no final da década de 1960, sendo retomado em meados de 1964, no período da ditadura, e ao final dos anos 1970 e meados de 1980, o serviço social brasileiro passou por uma efervescência que acompanhou o processo de redemocratização. O posicionamento de afirmação das lutas da classe trabalhadora partiu da vertente que deu origem ao projeto de ruptura denominado atualmente como projeto ético-político, fortemente influenciado pela teoria social de Marx. Assim, na década de 1980, desenvolveu-se a direção social da profissão, que, construída coletivamente, conquistou hegemonia formal e se constituiu no projeto ético-político (Netto, 2016).

No campo do Serviço Social, mais especificamente do Serviço Social brasileiro, a problemática de gênero apresenta-se como uma importante pauta de discussão para a profissão, tanto como demanda à prática profissional como para a produção intelectual da massa crítica do Serviço Social. Ao mesmo tempo, a necessidade da apreensão da realidade na contemporaneidade e os constantes ataques dirigidos ao marxismo, entendido como “ultrapassado” pelo pensamento pós-moderno, reflete-se na estratégia da cultura neoconservadora. José Paulo Netto na apresentação do livro *Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica* chama de apologia indireta (aquela que é sutil), retomando o pensamento de György Lukács de apologia direta da ordem vigente (aquela que é descarada) (Bezerra; Veloso, 2015).

Para Maria Lúcia Barroco (2011, p. 208):

[...] Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade,

moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia.

Se levarmos em consideração que essa violência se articula também com as questões de gênero, percebemos o acirramento da reatualização da questão social como fundamentalmente moral, revelando as duas faces do pensamento positivista e conservador durkheimiano através de processos de naturalização e de psicologização das relações sociais. E em tempos de avanço do neoconservadorismo pós-moderno, estas estratégias aparecem sob novas roupagens e demandas, reforçando as vertentes do irracionalismo e da razão formal-burocratizada (Netto, 2011).

IV. A DEFESA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE GÊNERO

O relato de experiência em questão, refere-se ao componente curricular composto na forma de disciplina eletiva, intitulado “Família e Relações de Gênero”, ministrado no Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Mata Sul. Este curso é o único curso de Serviço Social situado em uma Universidade Pública interiorizada, localizado no interior do estado de Pernambuco.

Discutir sobre as relações de exploração e opressão de gênero, em uma perspectiva crítica, relacionada ao Serviço Social em uma região do interior já é por si um desafio considerável. O curso, com seu público composto por diferentes perfis estudantis, oriundos de diversas cidades do interior, particularmente da Região da Zona da Mata de Pernambuco e da Mata Sul do estado, e também de estudantes da Região Metropolitana do Recife, que junto a estudantes de outras regiões como o Agreste pernambucano e até mesmo de outros estados do país, travam o desafio cotidiano de viver em um território distinto, longe de suas famílias, para alcançar o objetivo de acessar o ensino superior em uma Universidade Pública, laica e de qualidade. Aprofundar o debate sobre relações de gênero na formação profissional para este público, na sua maioria, jovens com idades entre 18 e 29 anos, com concepções e histórias de vida distintas, realidades diferenciadas; experiências, vivências familiares, relações particulares e com religiões plurais, foi e segue elencando desafios cotidianos, que nos convocam a traçar estratégias pedagógicas de produção do conhecimento e de reflexões teórico-metodológicas coletivas e criativas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A construção e planejamento das atividades, programação dos conteúdos, análise e articulação com a ementa e elaboração do Plano de Ensino da disciplina foi feita a partir da colaboração de duas professoras, assistente sociais, com experiência no debate sobre as relações sociais de exploração e opressão de gênero, raça e classe social, mais particularmente dos estudos sobre o *trabalho* e sobre a violência contra as mulheres. Essa experiência, do ponto de vista do processo educativo e pedagógico e da relevância da construção compartilhada do conhecimento, revelou a potência e as várias possibilidades da atuação docente no Serviço Social, além da significância da coletivização dos processos educativos no Ensino Superior, da defesa do projeto profissional crítico e no fortalecimento da qualidade da educação superior na Universidade Pública no interior do país.

As abordagens iniciais dos conteúdos programáticos seguiram a perspectiva ontológica e histórica para o entendimento de categorias como Gênero humano e as esferas do ser. A partir da apreensão da categoria trabalho buscou-se compreender o processo de humanização e sua relação com o desenvolvimento de outros complexos como a linguagem, a divisão social do trabalho e a cooperação. Historicamente, relacionou-se as formações sociais e modos de produção fundados pelo excedente econômico a origem da propriedade privada, as classes sociais, o Estado e a família monogâmica (Engels, 2019) Os materiais didático-pedagógicos selecionados sobre estudos históricos, sociais e antropológicos da família e os fundamentos teórico-políticos do desenvolvimento humano focaram nas categorias da produção e reprodução social. Abordou-se a particularidade do Modo de Produção Capitalista; a Diversidade Humana; o Heteropatriarcado; a Divisão Social e Sexual do trabalho na sociabilidade capitalista; as particularidades do Capitalismo, as especificidades da Formação Sócio-histórica Brasileira e o Racismo. Como analisam Cisne e Santos (2018, pág.65):

A divisão sexual do trabalho possui um enraizamento tão presente nas relações sociais e com um significativo poder ideológico de parecer natural que se espalha desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho e, ainda na divisão sexual da política e do poder.

A disciplina iniciou seu conteúdo programático debatendo os fundamentos das relações sociais, a origem, constituição, desenvolvimento histórico do patriarcado e a sua relação com a família monogâmica, a propriedade privada e o Estado. Baseando-se nos fundamentos universais e históricos das relações sociais de produção e reprodução humanas, buscou-se fundamentar o desenvolvimento do trabalho, da divisão social do trabalho e da divisão sexual do trabalho. A adoção dos livros da Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social foi fundamental para apresentar a relação entre o desenvolvimento das contradições sociais e da articulação fundamental entre



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

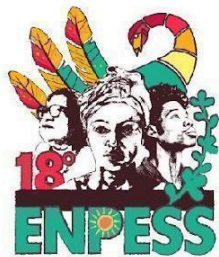
exploração do trabalho, lutas de classes e formas particulares de opressões. Nesse sentido, fez-se a discussão sobre a Classe trabalhadora: *una e diversa*; sexualidade, raça-etnia, a partir da análise da luta de classes na atualidade. Buscou-se, dessa forma, demonstrar a articulação inseparável entre, *patriarcado*, machismo e exploração de classe na sociedade capitalista.

No segundo momento da disciplina, iniciamos as reflexões sobre as necessidades e possibilidades de superação do sistema de opressões, explorações e desigualdades de gênero, sexo, raça-etnia e desigualdades sociais de classes. Partindo do crescimento estrutural da desigualdade e a crise global do capital, a fim de compreender os elementos das opressões direcionadas às mulheres, o feminismo classista e os desafios do tempo presente. Tal discussão, embasada nos estudos sobre o Sistema de Dominação e Exploração Patriarcal, Racista e Capitalista, dialogou com categorias teóricas relevantes para o tema, tais como: desigualdades, violência, apropriação, exploração e opressão do corpo e do trabalho reprodutivo das mulheres. Neste debate, foram importantes os estudos de Cinzia Arruza (2015), Safiotti (2013), Andrea D’Atri (2017) e Mota (2022).

Para aprofundar o debate sobre a violência doméstica e os prejuízos na formação de seus integrantes, a turma foi instigada a pesquisar e apresentar seminários sobre a violência contra as mulheres negras, a violência contra crianças e adolescentes; a violência contra pessoas idosas e a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Nesse momento, emergiram casos e experiências de violência conhecidas pelos estudantes em suas comunidades e até mesmo em suas famílias, o que requereu das docentes sensibilidade para escuta e mediação da discussão entre a turma, vindo à tona a orientação para denúncias nos espaços das políticas públicas e de direitos humanos, tais como o Disque 100.

A discussão sobre a violência continuou na aula com o tema “Opressões e Violências contra as Mulheres no Brasil”, a partir do compartilhamento da pesquisa de uma das professoras regentes da disciplina. Nesta aula, foi realizada a exposição sobre as violências perpetuadas na Formação Social Brasileira, as políticas públicas para as mulheres no Brasil e a rede de enfrentamento à violência. A turma participou ativamente, apresentando os resultados da pesquisa feita em grupos sobre o conceito de relações sociais de gênero e outros conceitos pertinentes ao estudo das Diversidades e Sexualidades, tais como: identidade de gênero, orientação sexual, LGBTQIAPN+.

Refletindo sobre os aspectos da importância da articulação com os movimentos sociais para o enfrentamento das diversas violências de gênero e violências contra as mulheres, foram



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

discutidos os Movimentos Feministas no Brasil, partindo da compreensão teórica e política sobre o feminismo e suas vertentes. Foi interessante o debate feito com a turma sobre a pluralidade dos feminismos e as várias vertentes, o que resultou em atividades de grupo com trabalhos feitos em cartolina e apresentados ao final da aula, com algumas estudantes se identificando com algumas vertentes do feminismo.

Diante de tamanha pluralidade e das conquistas do movimento feminista e de grupos de mulheres no Brasil, discutiram-se o avanço conservador e reacionário sobre os estudos de gênero no Brasil e ainda o fundamentalismo religioso e a luta pela vida das mulheres, através do debate sobre a interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça, cor, etnia, geração e sexualidades.

Ademais, a disciplina cursada no semestre 2024.1, entre os meses de março e agosto de 2024, coincidiu com um contexto histórico marcado pelas lutas e debates, no Brasil, sobre o Projeto de Lei (PL) 1904/24, conhecido como PL da Gravidez Infantil ou PL do Aborto, PL que provocou amplo debate em sala de aula. E a aula planejada sobre o assunto também coincidiu com esse período de efervescência de luta contra o PL.

A aula “Direitos Sexuais e Reprodutivos, Violência Sexual e Relações de Gênero” foi ministrada buscando dialogar sobre diversos temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, mas a pauta do aborto foi, sem dúvidas, a mais polêmica, tanto pela historicidade do momento, como pelas várias concepções de mundo e opiniões distintas entre os jovens. Foi apresentado um vídeo com várias denúncias e relatos de mulheres que sofreram violência sexual no Brasil, a fim de discutir a pauta sobre o a discussão sobre o aborto legal e a criminalização do aborto no país. Novamente, a sensibilidade para tratar do assunto foi necessária, pelas identificações que ocorreram com situações vivenciadas de violências de gênero, como também etarismo, lgbtphobia e violências contra as mulheres e meninas, sejam experiências próprias ou vivenciadas por amigos/as e familiares.

A disciplina também pontuou os aspectos teóricos sobre: o Planejamento Familiar no SUS e o Serviço Social; os Corpos Trans, o processo de transição e a atuação do Serviço Social; assédio sexual, abuso sexual, violência sexual e a chamada “cultura do estupro” no Brasil e a discussão sobre a Educação sexual. Ainda no âmbito das relações entre gênero e as políticas sociais, refletiu-se sobre o tema da saúde mental, amplamente debatido pelos discentes jovens, principalmente entre as mulheres jovens da turma. Foram feitas interlocuções entre o fenômeno da Violência Contra as Mulheres e a Saúde Mental no Brasil, em que debatemos o sofrimento

psíquico de mulheres e suas determinações sociais de raça, classe, gênero, geração e território, além da problematização sobre a intervenção do Serviço Social na saúde mental e as questões de gênero.

Destaca-se que nestes momentos foram extremamente interessantes as conexões e articulações com as opressões de gênero, raça e classe feitas pelos/as estudantes que estavam cursando o estágio supervisionado em Serviço Social, destacando-se que alguns destes discentes estão estagiando na área de saúde mental e trouxeram exemplos cotidianos da atuação profissional do Serviço Social e da necessidade de formação para atuação na área. Como também foram possíveis conexões entre estudantes que tiveram experiências de adoecimento psíquico de mulheres em suas famílias, as quais as/os estudantes atribuíram terem ocorrido pelas pressões sociais e lugares socialmente construídos por assimetrias de gênero, reproduzidas pelos sistemas de dominação patriarcal, racista e capitalista, para o desempenho de atividades voltadas para o cuidado com os membros da família e com o espaço doméstico, na Divisão Sexual do Trabalho.

A disciplina encerrou suas aulas teóricas com o tema “Gênero, tecnologias e mídias digitais”, refletindo sobre o Ciberfeminismo e Ciberativismo, através da análise do Manifesto Ciborgue, de autoria de Donna Haraway (1985). Concretizando a atualidade do debate sobre as tecnologias, os desafios e perigos das redes sociais e o uso consciente das mídias digitais para o ativismo digital que sirva para conectar as lutas e materializar o enfrentamento às violências de gênero, através da organização das pautas e movimentos feministas pelos direitos à vida das mulheres, meninas e comunidade LGBTQIAPN+.

Por fim, a avaliação final da disciplina contou com a construção de textos e apresentação de temas relativos às questões de gênero discutidas durante o componente curricular, no formato de trabalho completo, a partir dos eixos temáticos e requisitos do Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS 2024. A turma também realizou a avaliação do plano de ensino do componente curricular com as docentes, apontando as principais questões que lhes provocaram, instigaram e as metodologias utilizadas nas aulas. Alguns discentes apontaram que reconstruíram suas visões de mundo sobre alguns aspectos e passaram a ter interesse nos estudos de gênero, passando a construir textos e a procurar se inserir em projetos de pesquisa sobre o assunto.

Vale ressaltar que no âmbito das discussões em instâncias colegiadas do curso de graduação em Serviço Social, a partir das reflexões e estudos realizados, o projeto pedagógico do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

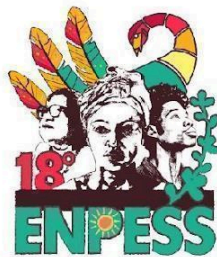
curso pôde ser reestruturado no sentido de incluir o debate sobre as relações de exploração e opressão de gênero, raça, etnia, bem como sobre os direitos humanos, temas discutidos na disciplina, como componentes curriculares obrigatórios. Além disso, houve a fundação de um grupo de pesquisa com o objetivo de criar um núcleo de estudos e investigações sobre gênero e feminismo no curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade e que possa refletir e produzir conhecimento, nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, sobre relações de gênero a partir da realidade local, em articulação com o debate da exploração e opressão de gênero, raça, classe e geração, no âmbito do Serviço Social.

V. CONCLUSÃO

As mudanças dos últimos quarenta anos no arcabouço teórico-metodológico, político e histórico do Serviço Social brasileiro redefine a opção por um Projeto Profissional comprometido com a classe trabalhadora, com a emancipação humana e com a contribuição qualitativa aos serviços, políticas e direitos sociais. Convém salientar que é cotidianamente nos espaços de intervenção profissional que se revelam as contradições societárias que tensionam a adoção por um projeto profissional que tem a possibilidade de estar comprometido com a emancipação humana, mas que na conjuntura atual enfrenta limites e desafios profundos em contextos sociais e comportamentais extremamente contraditórios, reacionários e conservadores.

É válido salientar, a partir da interlocução ao pensamento marxiano, que os valores e princípios defendidos atualmente vão de encontro com os valores e princípios reiterados e reproduzidos na sociedade burguesa. Todavia, a concretização dos valores e princípios do Código de Ética da profissão não depende unilateralmente da atuação prática dos assistentes sociais ou mesmo a partir de uma formação profissional crítica. Valores e princípios como a liberdade, equidade, cidadania, democracia, pluralismo, a luta pela qualidade dos serviços prestados aos usuários, bem como a luta contra o preconceito e a discriminação, no sentido da garantia de direitos humanos revela o compromisso da profissão com a classe trabalhadora. Portanto, a defesa dessa hegemonia e a consolidação desse projeto profissional representam um progresso inédito no âmbito do conjunto das profissões da sociedade brasileira e necessitam de resistências *teórica e prática* permanentes.

A experiência apresentada neste texto revela a importância e potência da discussão sobre as relações de exploração e opressão de gênero no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Pública interiorizada. Apesar dos diversos desafios, provenientes também de um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto histórico de violências de gênero no interior do nordeste brasileiro, as/os estudantes e docentes avaliaram positivamente a disciplina, participando amplamente das aulas, que foram desenvolvidas através das metodologias de rodas de conversa, cine debates e seminários, sempre com a preocupação em dialogar com o Serviço Social Crítico, o Projeto Ético Político Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Espera-se que assim como esta experiência rendeu várias conquistas, com a identificação de estudantes jovens com o feminismo, de alunos homens que passaram a questionar sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, e de projetos de iniciação científica, que surgiram como ideias a partir do curso da disciplina, outras experiências possam ser compartilhadas, a fim de potencializar o debate sobre gênero no Serviço Social.

VI. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, [s.l.], v. 23, n. 1, 2015.

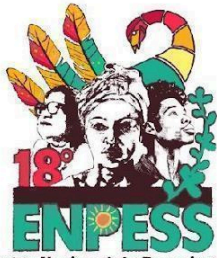
BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia S.; TERRA, Sylvia Helena; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. SP: Cortez, 2012.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. *Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica*. São Paulo: Saraiva, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. SP, Cortez Editora, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 8).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

D'ATRI, Andrea. *Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. SP: Boitempo, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. [1982] 23 ed. SP: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

MOTA, M. *Violência contra as mulheres no Brasil: um estudo sobre reprodução das alienações, cyberfeminismo e disputa ideológica*. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, (2022)

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente aos desafios contemporâneos. In: *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Módulo 1, Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p. 93-110, 1999.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. – SP, Cortez, 2011.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social e Sociedade*, ano X, 30. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

_____. Para uma história nova no Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

PAIVA, Beatriz; SALES, Mione. *A Nova ética Profissional: Práxis e Princípios*. SP, Cortez, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. SP: Expressão Popular, 2013.